6

7

8 9

10

11 12

13

14 15

16

17

18

19

20 21

22

23 24

25

26

27 28

29

30 31

32

34

35

36

37

38

39 40

41

42

43

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e trinta minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edificio Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, Rogério de Oliveira Silva (CFP) iniciou a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças - Apaf, apresentando a delegação do Conselho Federal de Psicologia - CFP presente no momento, composta por ele, Maria da Graça Correa Jacques, Sergio Luis Braghini, Meire Nunes Viana e Nádia Maria Dourado Rocha, como convidada. Rogério de Oliveira Silva apresentou também os membros da nova diretoria do décimo sétimo Plenário do Conselho Federal de Psicologia a serem empossados nesta ocasião, participando da Apaf na condição de convidados: Rogério Giannini, como presidente eleito; Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, como vice-presidente eleita; Pedro Paulo Gastalho de Bicalho como secretário eleito e Norma Celiane Cosmo como tesoureira eleita. Passou-se à conferência das delegações presentes: CRP 01/DF: Leovane Gregorio; CRP 02/PE: Verônica Chaves Carrazzone, Filipe Vasconcelos de Araújo; CRP 03/BA: Alessandra Santos de Almeida, Valter da Mata Filho; CRP 04/MG: Cláudia Natividade, Túlio Louchard Picinini Teixeira, Marcia Mansur Saadallah; CRP 05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Juraci Brito da Silva; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Vinicius Cesca de Lima; CRP 07/RS: Cleon dos Santos Cerezer, Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: João Baptista Fortes de Oliveira, Carolina de Souza Walger de Almeida, Francisco Mario Pereira Mendes; CRP 09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo, Murillo Rodrigues dos Santos, Simone Minasi; CRP 10/PA/AP: Giane Silva Santos Souza, Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12/SC: Anderson Luis Schuck, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Juliana Lima Medeiros; CRP 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma Macario, Sandra Maria Francisco de Amorim; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17/RN: Daniela Bezerra Rodrigues, Cintia Regina Gallo, Rafael Ribeiro Filho; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz, Karina Franco Moshage; CRP 19/SE: Alan Santana Santos; CRP 20/ AM, AC, RO, RR: Gibson Alves dos Santos, Clorijava de Oliveira Santiago Junior; CRP 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo; CRP 23/TO: Hudson Eygo Soares Mota; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Correa Jacques, Sergio Luis Braghini, Meire Nunes Viana. Antes da discussão da ordem do dia, passou-se à discussão da composição da Mesa Diretora para os dois dias de Assembleia. Para o primeiro dia, a mesa foi formada por: Túlio Louchard Picinini Teixeira (CRP-04/MG), João Baptista Fortes de Oliveira (CRP-08/PR) e Rogério de Oliveira Silva (CFP). No segundo dia, a mesa ficou a assim definida: Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ), Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) e Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12). Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) pediu licença para a entrega de alguns materiais produzidos pelo CRP-06/SP e para a realização de uma homenagem ao colega da luta antimanicomial Antonio Lancetti e, com respeito à laicidade, ao Dom Paulo Evaristo Arns, recentemente falecidos. O grupo presente celebrou a luta dessas pessoas por uma sociedade justa e pautada pelos direitos humanos por meio de uma salva de palmas. Rogério de Oliveira Silva (CFP) sugeriu o encerramento da reunião às dezoito horas, para a realização da solenidade de posse da nova gestão do CFP. Passou-se à discussão da ordem da pauta. Ordem da pauta: Rogério de Oliveira Silva (CFP) apresentou a pauta da reunião e sugeriu que

Página 1 de 23

SAR SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Terreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasilia/DF - Brasil

an

47

48

49

50

51

52

53

54

55 56

57

58 59

60

61

62

63 64

65 66

67 68

69

70

72 73

74

75

76

12

78 79

80

81 82

83

84 85

86

87

quitto.

o ponto trinta, Carteira de Identidade Profissional - CIP - Convênio Com Ministério da Justiça, fosse discutido no dia dezoito, às dez horas, visto que esse horário já foi previamente agendado com convidados que virão do Ministério da Justiça para apresentar uma demanda urgente à Assembleia, referente ao risco que colegas psicólogos correm nos programas de proteção de testemunhas. Ressaltou também a necessidade de deliberar ainda no sábado sobre a homologação das eleições e a proposta orçamentária do CFP para o exercício de 2017 (dois mil e dezessete), que precedem as outras decisões. Abertas as inscrições, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) sugeriu que o ponto sobre os Grupos de Trabalho (item oito da pauta) não seja apreciado nesta edição, que os grupos se mantenham com a mesma composição, que o CFP possa chamar as reuniões necessárias já com a indicação de quem será o novo representante. do CFP em cada um, de modo que os status dos trabalhos sejam apresentados na Apaf de maio de 2017. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) sugeriu também que os pontos remanescentes (cinco ponto um, cinco ponto dois, cinco ponto três, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove, vinte, vinte e dois e vinte e três) não sejam apreciados neste momento e que fique um indicativo para a nova gestão do CFP pensar em uma metodologia de operacionalizar essas pautas, porque elas já foram pautadas há muito tempo e, diante do cenário atual, outras pautas se tornam mais emergenciais. A delegada Jaira Rodrigues pediu prioridade para discussão dos seguintes itens de pauta: pontos financeiros; Revisão da Resolução CFP nº 35/2015, que institui a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas) no âmbito do Conselho Federal de Psicologia; a homologação da Consulta Nacional pela Assembleia de Delegados; Campanha Psicologia em defesa da Democracia e Seguridade Social; Saúde Suplementar; PLS 439/2016, que dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da administração; PL nº 4364/12, que altera a Lei nº 5766/71; Conciliação e Medição; Coaching, informes e a manutenção do ponto com convidados do Ministério da Justiça no horário indicado pelo CFP. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) sugeriu antecipar a discussão do ponto sobre Conciliação, pois segundo a convidada Nádia Maria Dourado Rocha (CFP), o ponto é urgente e será rápido, apenas para a repactuação de um prazo. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) propôs a fusão do ponto 'Criação do fundo de apoio financeiro aos Regionais que necessitem' com os pontos financeiros para discussão conjunta. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) sugeriu manter a discussão do ponto 'Revisão da Resolução 11/2012 (Serviços Psicológicos Mediados por Tics)', especialmente porque na área de emergência e desastres há profissionais ofertando serviços de uma forma desorganizada em decorrência de brechas deixadas por essa resolução, que é muito ampla. Diva Lúcia Gautério (CRP-05/RJ) sugeriu a adequação do nome do ponto 'Conciliação e Mediação', para que seja tratado apenas como 'Mediação'. Sergio Luis Braghini (CFP) pediu esclarecimentos sobre os indicativos feitos pela Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) para os pontos remanescentes. Jaira Rodrigues esclareceu que ela solicitou que se delegue à nova gestão do CFP pensar em uma metodologia de operacionalizar essas pautas. Sergio Luis Braghini (CFP) pediu que a proposta de operacionalização a ser pensada pela nova gestão seja apresentada na Apaf de maio de 2017 (dois mil e dezessete). Houve acordo sobre a proposta e consenso sobre a ordem de pauta a ser discutida. 2. Apreciação das atas da Apaf de dezembro de 2015: Participaram da discussão do ponto: CRP 01/DF: Leovane Gregorio e Vanuza Célia Sales; CRP 02/PE: Verônica Chaves Carrazzone, Filipe Vasconcelos de Araújo; CRP 03/BA: Alessandra Santos de Almeida, Valter da Mata Filho; CRP 04/MG: Cláudia Natividade, Túlio Louchard Picinini

Página 2 de 23

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Terreo, Sala 104 - CEP 70.00-600 - Brasilia/DF - Brasil



91

92

93 94

95

96

97

98

99

100 101

102

103 104

105

106 107

108

109 110

111

112

113

114

115 116

117

118

119

120

121

122 123

P 124

125

126

127

128

129

130

131 132

Teixeira, Marcia Mansur Saadallah; CRP 05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Juraci Brito da Silva; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Vinicius Cesca de Lima; CRP 07/RS: Cleon dos Santos Cerezer, Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: João Baptista Fortes de Oliveira, Carolina de Souza Walger de Almeida, Francisco Mario Pereira Mendes; CRP 09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo, Murillo Rodrigues dos Santos, Simone Minasi; CRP 10/PA: Giane Silva Santos Souza, Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12/SC: Anderson Luis Schuck, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Juliana Lima Medeiros; CRP 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma Macario, Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17/RN: Daniela Bezerra Rodrigues, Cintia Regina Gallo, Rafael Ribeiro Filho; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz, Karina Franco Moshage; CRP 19/SE: Alan Santana Santos; CRP 20/ AM, AC, RO, RR: Gibson Alves dos Santos, Magaly Silva de Oliveira; CRP 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo; CRP 23/TO: Hudson Eygo Soares Mota; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Correa Jacques, Sergio Luis Braghini, Meire Nunes Viana. As atas das reuniões realizadas nos dias vinte e um e vinte e dois de maio de dois mil e quinze foram aprovadas por unanimidade sem nenhum destaque. 3. Informes: Foram mantidas as delegações do ponto anterior sem nenhuma alteração. Abertas as inscrições, Verônica Chaves Carrazzone (CRP-02/PE) informou que José Hermes de Azevedo Júnior, presidente do CRP-02/PE não pôde estar presente por questões familiares. Em seguida, ela iniciou a leitura de uma moção de repúdio ao Conselheiro Sergio Luis Braghiñi com pedido público de retratação: "Prezado Senhor, o Conselho Regional 02/PE vem por meio do seu conselheiro presidente ao final assinado, neste ato representado pela Comissão de Ética (COE-CRP-02) apresentar moção de repúdio pela decisão proferida pelo conselheiro Sérgio Luis Braghini nos autos do processo disciplinar ético número 03/2016 (três de dois mil e dezesseis) do CRP-02/PE, recebido em sede recursal no CFP sob o número 1885/2016 (mil oitocentos e oitenta dois mil e dezesseis). Ocorre que o Conselheiro Federal considerações esdrúxulas sobre o trabalho da referida comissão, registrando irresponsavelmente uma suposta excessiva delonga na tramitação do processo na instância inferior ao levar mais de cento e vinte dias para a citação da denunciada e permitir a paralisação do processo por quase dois anos, expôs desnecessariamente o caso ao risco de prescrição, sem qualquer justificativa plausível." Verônica Chaves Carrazzone (CRP-02/PE) destacou que neste processo a penalidade foi reduzida de cassação para censura pública, e, no entendimento do CRP-02/PE, se trata de uma organização criminosa que age na região metropolitana do Recife, sendo responsável por inegável prática de estelionato contra pacientes e familiares, valendo-se do exercício da Psicologia. Ela ressaltou que o processo possui cerca de quinhentas páginas e foi conduzido no CRP com muito cuidado. Verônica Chaves Carrazzone (CRP-02/PE) informou que o CRP-02/PE recebeu uma acusação de prevaricação, o que é crime, e, ainda, um pedido de investigação da Comissão de Ética. Ela esclareceu que, diante do exposto, a Comissão de Ética do CRP-02/PE está solicitando uma retratação por parte do conselheiro Sergio Luis Braghini. A mesa diretora lembrou que o ponto colocado não é um informe, pois exige deliberações. Verônica Chaves Carrazzone (CRP-02/PE) informou que não gostaria de transformar o assunto em ponto de deliberação, pois a intenção é apenas dar conhecimento do ocorrido a toda Apaf. Abertas as

Página 3 de 23

lu

SAF SUL, duadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasilia DF - Brasil



134 informe e explicou que discorda da posição adotada pelo CFP como instância de recurso. 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158

159

160

161 162

163 164

165

166

167

168 169

170

171

172

173

174

175

176

Eliandro Rômulo Cruz Araújo (CRP-22/MA) colocou a preocupação de ter de decidir a respeito de um processo que não conhece, ao qual não teve acesso aos autos, sem leitura do parecer. Lembrou da autonomia dos conselheiros que julgam e afirmou ser temerário que todos que discordem de uma decisão façam notas de repúdio às instâncias que proferiram as decisões. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) informou que o CFP é instância recursal e os conselheiros que fazem parte da sessão de julgamento têm autonomia para decidirem de acordo com suas consciências. Explicou que a manifestação do conselheiro relator é acompanhada ou não pelos demais membros presentes do plenário e essas pessoas têm total autonomia de decidir. Afirmou que se a cada vez que houver recurso, o CRP se sentir injuriado pelo julgamento do Conselho Federal, então deixa de existir a razão de ser da instância de recurso. Destacou que não cabe nota de repúdio à decisão de uma plenária ética autônoma que é formada por pelo menos cinco pessoas além do relator, legitimamente eleitos para esse papel. Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP-10/PA) pediu uma questão de encaminhamento, para que a mesa verifique se o item se torna um ponto de pauta ou não, pois não cabe a emissão de posicionamentos a respeito de algo que não se sabe do que se trata. Sugeriu que se o item for se tornar ponto de pauta, que seja o último. Consultada pela Mesa Diretora, Verônica Chaves Carrazzone (CRP-02/PE) reiterou que o item é apenas um informe para registro em ata e não deve se tornar ponto de pauta. Sergio Luis Braghini (CFP) solicitou o registro em ata de que o trecho lido pela representante do CRP-02/PE não foi um comentário dele, mas sim conteúdo do relatório do processo ético julgado pelo plenário do CFP, destacando que o CFP é órgão recursal e que a sessão plenária do CFP tem o dever legal de julgar os casos de recursos ao CFP com seu entendimento e, ainda, lembrou que os processos éticos não devem ter divulgação, como ocorreu, já que são sigilosos. Foram acatadas pela Assembleia as solicitações da delegada Verônica Chaves Carrazzone (CRP-02/PE) e do delegado Sergio Luis Braghini (CFP). 4. Pontos Financeiros: Conferidas as delegações, não houve alterações. 4.1 Proposta Orçamentária do CFP para o exercício de 2017: A tesoureira do CFP, Maria da Graça Correa Jacques, convidou a equipe da Gerência Administrativa Financeira do CFP, Rogério Reis e José Eli de Vasconcelos Filho, e o antigo tesoureiro do CFP, Sergio Luis Braghini, para a apresentação do ponto. Ela destacou que a previsão orçamentária foi aprovada pela nova diretoria do CFP, na reunião de transição, pois não seria justo a diretoria que está saindo definir o orçamento do próximo ano, que será gerido por outro grupo. Sergio Luis Braghini (CFP) explicou que a proposta orçamentária para o exercício de 2017 (dois mil e dezessete), que todos os CRPs já receberam, tem como base legal o Decreto 79.822/1977 (setenta e nove mil oitocentos e vinte e dois de mil novecentos e setenta e sete) e o artigo dezoito da Lei 5.766/1971 (cinco mil setecentos e sessenta e seis de mil novecentos e setenta e um), de modo que cabe aos Conselhos Regionais aprovarem a proposta orçamentária do Conselho Federal. Explicou que dentro dos acordos políticos, a Apaf assume esse lugar como assembleia dos delegados. Sergio Luis Braghini (CFP) apresentou a previsão de receita, cujas principais fontes são a cota parte (o repasse dos CRPs ao CFP), a cota revista (que está dentro dessa cota parte) e o fundo de seções, que somam R\$ 30.951.333,91 (trinta milhões novecentos e cinquenta e um mil trezentos e trinta e três reais e noventa e um centavos). Informou que há também rendimentos e outras aplicações que não advêm da cota parte, completando o valor total de R\$ 32.406.569,91 (trinta e dois milhões quatrocentos e seis mil quinhentos e sessenta e nove

inscrições, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) ressaltou que cabe acolher a nota como

Página 4 de 23

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - OEP 70.070-600/- Brasilia/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br



> > 206

297

208

196

197

198

199 200

214

215

216

217

218

219

220

05/RJ) perguntou se foi previsto algum financiamento sobre a revista Diálogos, porque ela não

reais e noventa e um centavos). Ele explicou que o item 'empréstimos' se refere ao recebimento

de valores que foram emprestados a alguns CRPs em gestões anteriores e estão sendo pagos

agora. Esclareceu que esses empréstimos levaram a gestão do décimo sexto plenário do CFP a

ajustar contratos e a fazer processos, que não existiam até então. Sergio Luis Braghini (CFP)

lembrou que essa receita apresentada é apenas de uma previsão, mas o valor real vai depender da

definidas pelo planejamento da gestão que está tomando posse. Ressaltou que esse formato já foi

aprovado pela nova diretoria a qual também está presente na Apaf. Em seguida, Sergio Luis

Braghini (CFP) apresentou o detalhamento das despesas da Conta-Divulgação, que é gerida pela

Apaf, e somam R\$ 6.641.873,00 (seis milhões seiscentos e quarenta e um mil oitocentos e

setenta e três reais), sendo R\$ 653.200,00 (seiscentos e cinquenta e três mil e duzentos reais) para a 'Revista Psicologia, Ciência e Profissão'; R\$ 2.351,640,00 (dois milhões trezentos e

cinquenta e um mil seiscentos e quarenta reais) para o 'Desenvolvimento Sustentável do Sistema

Conselhos de Psicologia (Equidade x Proporcionalidade)'; R\$ 2.348.320,00 (dois milhões

trezentos e quarenta e oito mil e trezentos e vinte reais) para o 'Crepop' - Centro de Referência

Técnica em Psicologia e Políticas Públicas; R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a 'Memória

da Psicologia Brasileira'; R\$ 361.638,00 (trezentos e sessenta e um mil seiscentos e trinta e oito

reais) para a 'BVS-Psi' - Biblioteca Virtual em Saúde; R\$ 127.075,00 (cento e vinte e sete mil e

setenta e cinco reais) para a 'Cobrança compartilhada'; e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

de reserva. Sergio Luis Braghini (CFP) apresentou a despesa do 'Fundo de Seções' que seriam

os repasses, no valor de R\$ 1.507.314,59 (um milhão quinhentos e sete mil trezentos e catorze

reais e cinquenta e nove centavos), para distribuição às seções; e R\$ 452.194,38 (quatrocentos e

cinquenta e dois mil cento e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos) para o 'Fundo de

Reserva - devolução de Anuidades', fundo esse que foi criado por uma decisão de Apaf de

dezembro de 2011 (dois mil e onze). Mostrou a previsão de distribuição do fundo de seções entre

os CRPs 10-PA/AP, 20-AM/AC/RR/RO, 21-PI, 22-MA e 23-TO, sendo o valor de R\$

150.731,46 (cento e cinquenta mil setecentos e trinta e um reais e quarenta e seis centavos) por

seção. Ele lembrou que apesar de os CRPs 21, 22 e 23 não serem mais seções, houve uma

Página 5 de 23

Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasilia DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

arrecadação dos Conselhos Regionais. Sergio Luis Braghini (CFP) apresentou um histórico da previsão de repasses dos CRPs ao CFP desde o ano de 2013 (dois mil e treze) e mostrou que para o ano de 2017 (dois mil e dezessete) há um aumento nessa receita de 15,91% (quinze vírgula noventa e um por cento), que se avalia que seja proveniente do aumento do número de inscrições de profissionais nos CRPs. Sergio Luis Braghini (CFP) apresentou a fixação das despesas no valor de R\$ 32.406.569,91 (trinta e dois milhões quatrocentos e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos), dividida principalmente entre ações administrativas e funcionais; e ações de política de gestão, mantendo uma reserva. Sergio Luis Braghini (CFP) explicou que o CFP não dividiu em rubricas os valores de ações de política de gestão, que são um total de R\$ 2.062.220,57 (dois milhões sessenta e dois mil duzentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos), uma vez que entende que a próxima gestão do CFP deve distribuir os recursos de acordo com o seu planejamento estratégico. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) esclareceu que a sugestão do CFP é que a Apaf aprove o orçamento como está, delegando à próxima gestão do CFP a distribuição do valor indicado para 'ações de política de gestão' em rubricas a serem

decisão de Apaf determinando esses repasses para a manutenção dos novos CRPs até que chegassem ao equilíbrio financeiro. Abertas as inscrições, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-



222

223

224

225 226

227

228

229

230

231

232

233

234

235 236

237 238

239

240

241

242

243

244

245

246

247 248

249

250

251

257

258

259

260

261

262

263

consta no Quadro 2.3 (dois ponto três). Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) falou sobre a dificuldade de aprovar a proposta orçamentária sem a prestação de contas de 2016 (dois mil e dezesseis), informando que entende que ainda não acabou o ano fiscal e que o todo será apreciado na Apaf de maio de 2017 (dois mil e dezessete), mas destacou que a falta de documentos no Portal da Transparência do CFP dificulta a análise. Informou que sobre o planejamento orçamentário, quando ele é feito nos Regionais, há um detalhamento das contas, o que não foi feito no orçamento do CFP. Sobre os empréstimos aos CRPs, perguntou de onde vem a receita que está disponível para isso. No que se refere às despesas, citou que está previsto um aumento de oito por cento nos gastos com contratos e dez por cento nos gastos com pessoal, pediu esclarecimentos sobre esses dados, pois do ano anterior para o ano atual o aumento como pessoal foi de dezesseis por cento, assim, sugeriu rever esse aumento com pessoal. Reiterou o questionamento colocado pelo CRP-05/RJ, referente ao Quadro 2.3 (dois ponto três), em que não aparece a revista Diálogos. Pediu mais esclarecimentos sobre o 'Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia', no qual há uma justificativa muito interessante retirada das deliberações do Congresso Nacional de Psicologia - CNP, entretanto, que coloca um apoio de mais de dois milhões, quase o mesmo valor reservado para o Crepop, como um fundo de apoio aos CRPs, sendo que historicamente esse apoio aos CRPs já está previsto no fundo de seções, em que há um valor de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais). Perguntou de onde veio esse montante de mais de dois milhões de reais. Lembrou que na conta revista de 2015 (dois mil e quinze) não aparecia esse valor, em 2016 (dois mil e dezesseis), esse valor apareceu com custos do Congresso Nacional de Psicologia - CNP e em 2017 (dois mil e dezessete) apareceu esse valor muito alto, que deve ser esclarecido. Por fim, solicitou acesso à auditoria do Conselho Federal de Psicologia, em que há a descrição dos gastos, uma vez que os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) são auditados severamente por parte do CFP. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) lembrou que na reunião de tesoureiros de novembro foi levantada a necessidade de se pensar no fundo de anuidades por causas judiciais, uma vez que os valores começaram a ser recolhidos em 2012 (dois mil e doze), e, em 2017 (dois mil e dezessete) se completam cinco anos. Assim, é preciso decidir como usar esse dinheiro. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) destacou que vários Conselhos Regionais, em função da própria criação, dependem do Conselho Federal para se manter, conforme deliberado por esta Apaf. Além disso, se o CFP constatar que um Conselho Regional não tem condições de se sustentar, cabe ao Federal a responsabilidade de gerir aquele Conselho Regional. Assim, entendeu-se que a proposta desse fundo de apoio é uma maneira de se preparar para sustentar esses CRPs que não têm condições, o que não é o caso do CRP-15/AL. Desse modo, o delegado pediu sensibilidade para análise da questão, pois se refere a situações que acontecem com frequência, como foi o caso de quase insolvência do CRP-01/DF que recorreu ao CFP, como já discutido nas últimas Apafs. Leovane Gregório (CRP-01/DF) afirmou que o Sistema Conselhos deve trabalhar para garantir que tanto o psicólogo quanto a sociedade tenha um bom atendimento em qualquer parte do país. Falou que criar um elemento de despesa que garanta o funcionamento do Sistema Conselhos é fundamental, pois, com isso, não será necessário ficar avaliando caso a caso, uma vez que já haveria um critério definitivo e um protocolo a cumprir em situações de dificuldades financeiras de algum membro desse Sistema. Informou que essa rubrica tenta dar conta do aporte financeiro que um sistema desse tamanho hoje exige. Lembrou que o CRP-01/DF pegou no ano passado um empréstimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), multiplicando isso por dez, já

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasilia/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Página 6 de 23



293

294

306 307

308

dificuldades que o CRP-01/DF tem encontrado, em decorrência de questões burocráticas. Chamado a responder os questionamentos, Sergio Luis Braghini (CFP) concordou com a colocação do CRP-12/SC de que é difícil aprovar a proposta orçamentária sem ter fechado a prestação de contas do ano anterior, mas lembrou que esse modelo é adotado há anos e é assim também que o CFP aprova as prestações dos CRPs. Explicou que é levado em conta o ano fiscal para depois fazer as auditorias. Destacou que se o orçamento de 2017 (dois mil e dezessete) não for votado, não há condições de gestão para a nova diretoria assumir. Sobre os empréstimos citados, informou que eles foram realizados pelo CFP em gestões anteriores, para alguns Conselhos Regionais, para a aquisição e/ou reforma de sede, e quando o décimo sexto plenário assumiu, existiam três empréstimos em aberto: dos CRPs 02/PE (dois), 13/PB (treze) e 15/AL (quinze). Foram solicitados e produzidos todos os documentos necessários para a abertura de processos, que não tinham sido instaurados até então. Haveria um retorno de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), o que foi possível renegociar, de modo que foram feitos novos acordos com o CRP-02/PE e com o CRP-15/AL que têm cumprido, já o CRP-13/PB ainda não se manifestou sobre essa negociação, portanto o valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais) não inclui o retorno do CRP-13/PB e ficará a cargo da nova gestão do CFP verificar a continuidade deste caso. A respeito do fundo de devolução de anuidades, Sergio Luis Braghini (CFP) explicou que foi criado em 2011 (dois mil e onze) como uma reserva para possíveis decisões judiciais, pois havia uma previsão de crescimento dessas ações judiciais, mas foi um pico, e hoje realmente não há mais essa previsão de aumento. Em 2011 (dois mil e onze) havia o indicativo de se aguardar cinco anos a partir da edição da lei de anuidades. Alertou, entretanto, que possivelmente ainda há um pedido feito pelas centrais sindicais pela inconstitucionalidade dessa medida provisória que se tornou lei sobre as anuidades, aguardando julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Destacou a necessidade de verificar essa informação. Assim, indicou que é plausível que o fundo ainda exista, mesmo que em menor volume, até que as dúvidas sejam dirimidas pelo poder judiciário definitivamente. Em relação aos gastos de manutenção, Sergio Luis Braghini (CFP) esclareceu que esse indicativo de aumento de dez por cento para gastos com pessoal, é um valor proposto pela equipe técnica, com base nos estudos feitos por eles. E esse valor indicado está ligado ao Plano de Cargos e Salários, que já prevê um escalonamento de progressões da carreira e é preciso garantir isso. Sergio Luis Braghini (CFP) explicou que os aumentos com contratos de manutenção da máquina fogem a alçada da diretoria do CFP, explicando que o condomínio do prédio, por exemplo, que era de vinte mil reais quando esta gestão assumiu, hoje está no valor de trinta mil reais por mês, então não é possível controlar a partir do índice inflacionário. Exemplificou também que atualmente há despesas para uso do ar condicionado aos finais de semana, o que não era cobrado antes, sendo cobrado cerca de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia para fazer reuniões aos finais de semana. Em relação à auditoria severa citada pelo CRP-12/SC, Sergio Luis Braghini (CFP) esclareceu que ela não é feita pelo CFP, mas sim por uma auditoria externa, que é contratada via processo de licitação pública, que tem o papel de verificar as contas de todos os Conselhos Regionais e do Federal. Sobre a severidade, informou que isso é prerrogativa da auditoria, em que o CFP não possui nenhuma

daria um valor alto, e o Sistema Conselhos possui vinte e três Conselhos Regionais, e não se sabe

quantos desses Conselhos passarão por dificuldades. Leovane Gregório (CRP-01/DF) afirmou

que não é possível continuar postergando essa discussão, quando um CRP encontra as

Página 7 de 23

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-000 Brasilia OF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

interferência. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) acrescentou que está sendo concluída uma



310

311

324

325

326

327

328

329 330

331

332

333

334

335 336

337

338

339

346

347 348

349 350 351 352

auditoria dos três anos de gestão do décimo sexto plenário do CFP, para garantir a segurança tanto dos gestores que estão saindo quanto dos que estão chegando. Sobre o fundo de financiamento, Sergio Luis Braghini (CFP) explicou que há uma deliberação aprovada no nono Congresso Nacional de Psicologia (CNP), proposta pelos CRPs 01/DF e 16/ES, de "Criação de uma política institucional destinada ao apoio administrativo e financeiro do Sistema Conselhos de Psicologia aos CRPs que se encontrem em situação de dificuldade, por herança de plenárias anteriores, garantindo a participação ativa do plenário gestor e a responsabilização civil e penal dos gestores anteriores que trouxeram prejuízo à autarquia com as medidas adotadas.". Então, com base nisso, o CFP propôs a criação dessa rubrica, a partir de valores que estavam alocados para a revista Diálogos, a qual nos últimos seis anos não tem sido editada e tem gerado um acúmulo de dinheiro no orçamento sobre algo que não existe. Sergio Luis Braghini (CFP) esclareceu que a revista Diálogos não existe nas resoluções, nem no Regimento do Conselho Federal de Psicologia. Ela foi criada por decisão política e não tem sido editada. Assim, se é preciso criar um auxílio financeiro aos Conselhos Regionais formalmente, para cumprir a deliberação do CNP, o CFP apenas realocou essa receita, buscando garantir a equidade dessas diferenças regionais. Sergio Luis Braghini (CFP) ressaltou que o décimo sexto plenário do CFP acredita que esse fundo já deveria existir há muito tempo, desde o primeiro CNP, quando se definiu que deveria existir um CRP por estado, pois não faz sentido criar um CRP e não dar condições de fato para ele funcionar e representar a categoria daquele estado. Informou que a proposta de equidade visa concretizar a deliberação do CNP, sem necessidade de mexer nos orçamentos dos Conselhos Regionais, criando uma reserva do Sistema Conselhos destinada a isso. Rogério de Oliveira Silva (CFP) acrescentou que o CFP fez uma pesquisa dos últimos quinze anos e constatou que sempre houve transferências correntes de recursos aos Conselhos Regionais, sendo possível verificar quais Conselhos Regionais recorreram a isso, e até o CRP-04/MG, por exemplo, em dois mil e quatro acessou o CFP para um empréstimo. Esclareceu que o problema disso é que não há uma especificação no orçamento para tanto. Relatou que com essa pesquisa constatou-se que quase todos os Regionais já se utilizaram desse recurso, especialmente aqueles que possuem uma base menor, decorrente da quantidade de psicólogos inscritos. Rogério de Oliveira Silva (CFP) explicou que a ideia é nomear objetivamente esse recurso que já existe e é uma prática que ocorre há pelo menos quinze anos. Informou que o CRP-23/TO, por exemplo, foi criado com autorização da Apaf e possui 1.033 (mil e trinta e três) psicólogos inscritos. Já Rondônia, que é uma seção do Amazonas, tem uma base de 1.523 (mil quinhentos e vinte e três) psicólogos inscritos e não é um Conselho Regional, o que é uma distorção. Com isso, o CRP-23/TO já tem um orçamento insolvente se ele não contar com essa transferência corrente do CFP, portanto, é preciso criar essa rubrica e nomear essa despesa adequadamente. Rogério de Oliveira Silva (CFP) indicou que depois deve ser criado um grupo de trabalho para se discutir com a nova gestão os critérios para uso dessa rubrica, mas é preciso desde já se nomear esse recurso, caso contrário, a discussão se dará sobre um recurso que não existe. Rogério de Oliveira Silva (CFP) explicou que a previsão orçamentária é feita sempre olhando os três últimos anos, para saber as despesas existentes e se organizar para os próximos anos, então, neste caso, o CFP está propondo isso não só com base nos últimos três anos, mas com base nos últimos quinze anos. Ressaltou que este é um momento propício para isso, pois a saúde financeira do CFP está em dia e pode contar com essa rubrica sem necessidade de fazer ajustes posteriores. Neste momento, foi projetado em tela o saldo do Conselho Federal de Psicologia do dia nove de

Página 8 de 23

AF SUL, Quadra 2, Lote 2 Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 Brasilia/DF - Brasil



354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

dezembro, de R\$ 13.041.455,16 (treze milhões quarenta e um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos). Maria da Graça Correa Jacques (CFP) informou que o CFP já realizou todos os pagamentos que tinham de ser feitos, a folha de pagamento dos funcionários, impostos e todas as outras despesas do ano, para evitar pressão e dificuldades para a nova gestão com a sucessão burocrática, que leva certo tempo. Ressaltou que a transição do ponto de vista financeiro especialmente foi muito bem feita, de modo que Norma Cosmo (nova tesoureira do CFP a ser empossada) já tem acompanhado as reuniões de tesoureiros e está a par de tudo. Afirmou que o processo tem sido feito com total transparência. Sergio Luis Braghini (CFP) solicitou a projeção da tabela de anuidades dos CRPs, mostrando que os CRPs que ficam em maior dificuldade, os de menor base, acabam precisando cobrar uma anuidade muito alta para dar conta das despesas e isso aumenta a inadimplência, mantendo a desigualdade regional. Exemplificou que enquanto o CRP-06/SP tem anuidade de R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta ex três reais), ou o CRP-05/RJ tem uma anuidade de R\$ 481,00 (quatrocentos e oitenta e um reais), o CRP-23/TO precisa ter anuidade de R\$ 547,63 (quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), de modo que os psicólogos são tratados de maneira desigual. Concluiu que é necessário discutir esse modelo se a pretensão for de fato redemocratizá-lo. Abertas novas inscrições, Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) esclareceu que o CRP-12/SC questionou em relação às despesas de pessoal porque acha importante rever o cálculo, uma vez que o CFP está propondo um aumento de dez por cento, mas comparando com o aumento de despesas com pessoal em anos anteriores, o CRP-12/SC entende que o aumento necessário seria de dezesseis por cento e não apenas dez. Sobre o programa de apoio, falou da importância de o CNP ter aprovado que o Sistema todo se responsabilize pelo funcionamento dos Conselhos Regionais de Psicologia, entretanto, destacou ser surpreendente aparecer um número de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) dentro da cota-revista, que é utilizada e definida por esta assembleia, sendo que esta mesma Apaf não aprovou nos últimos três anos nenhum apoio a Regional, vendo o que estava acontecendo com o CRP-01/DF. Lembrou que já existe o fundo de seções de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), que pode ser usado para tanto. Jaira Terezinha Rodrigues (CRP-12/SC) discordou da fala do Sergio Luis Braghini (CFP) sobre o modelo de aprovação orçamentária dos CRPs e CFP e lembrou que a assembleia dos CRPs acontece em setembro e sempre se inicia com a prestação de contas à categoria. Informou que o Portal da Transparência deve ser atualizado mensalmente. Afirmou que o CRP-12/SC possui a Cassi - Comissão de Auditoria e Controle Interno, extremamente ativa, criada em assembleia, que faz a fiscalização das receitas e despesas. Em relação ao fundo de ajuda aos CRPs, destacou ser fundamental o mérito, inclusive já havia um na pauta da Apaf a respeito disso, mas lembrou que já há um Grupo de Trabalho (GT) financeiro que foi constituído nos últimos tempos para pensar na operacionalização desse fundo. Jaira Terezinha Rodrigues (CRP-12/SC) afirmou ter preocupação de que a ajuda financeira aos CRPs possa engessar as ações políticas da próxima gestão. Sugeriu que o GT financeiro possa apreciar essa ideia do fundo de seções, para que possa se rever esse valor tão alto de apoio aos Conselhos Regionais. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) perguntou se o fundo de seções previsto para auxiliar os Conselhos Regionais se dará exclusivamente para a manutenção administrativa da máquina ou se esse recurso incluirá também ações políticas dos Conselhos em suas bases. Hudson Eygo Soares Mota (CRP-23/TO) informou que está entendendo esse fundo de apoio aos CRPs que necessitam como um apoio ao Sistema Conselhos como um todo. Se o objetivo do sistema é assistir e atender a categoria em

A HOND

Página 9 de 23

SAFSUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasilia/DF - Brasil

Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Saquettes.



398

399 400

401

402 403

404

405 406

407

408

409

410

411 412

413

414

415

416

417

418 419

420

421

422

423

424

425 426

427

428

429

430

431 432

433 434

435

436

437

438

439 440

todos os estados, é urgente uma medida que efetive isso, pois há conselhos em que o número de inscritos é insuficiente para o CRP funcionar minimamente. O CRP conta com um auxílio do Federal por três anos, conforme pactuado em Apaf, mas ao final desse auxílio não sabe como será feito. Afirmou que a partir de um projeto, não será necessário pensar nisso todo ano em uma Apaf, de modo que as regras já estariam definidas e a receita disponível em um fundo. Citou ser relevante pensar se esse dinheiro é gasto com ações administrativas ou políticas, mas informou que para o CRP-23/TO a criação desse fundo deve ser decidida agora. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) perguntou se o entendimento a seguir está correto: a demanda de empréstimos dos CRPs ao CFP existe há bastante tempo, e, paralelamente a isso existia a rubrica para a Revista Diálogos que não estava sendo editada há alguns anos. Assim, o dinheiro para o fundo de apoio aos CRPs sairia dessa rubrica que estava reservada para a edição dessa revista. Afirmou que se já foi decidido em CNP que seja criado esse fundo para manter o Sistema Conselhos e já há uma receita disponível, que seria de uma revista que não está sendo editada, então é indiscutível a necessidade de aprovação desse fundo, o que não impede inclusive que a revista volte a ser publicada, se for o caso, se a revista for prioridade para a categoria. Solicitou que seja encaminhada a aprovação do fundo, já que não há divergências de mérito, e que se aprove que o GT Financeiro pense nos critérios de acesso a esse fundo para decisão em Apaf. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) solicitou critérios transparentes e materiais, para que esse valor seja usado de fato para as ações precípuas dos Conselhos de fiscalização e orientação profissional. Informou que foi de uma gestão do CRP-12/RS há doze anos e se preocupa com que critérios estariam vigentes naquela época e agora. Assim, pediu a criação do fundo para que nenhum Conselho fique na posição de cabresto político e para que todos possam ter acesso ao fundo de maneira coerente e transparente. A palavra foi passada ao Conselho Federal de Psicologia para responder as questões. Rogério Reis (Gerência Administrativo-Financeira do CFP) explicou que o número de dez por cento para gastos com pessoal foi feito com base em projeções passadas e é uma reserva, não significa que haverá dez por cento de aumento, pode ter apenas cinco por cento, por exemplo, mas é preciso ter uma reserva orçamentária, por precaução. Sergio Luis Braghini (CFP) esclareceu que a prestação de contas apresentada em setembro pelos CRPs é do ano anterior e, da mesma forma, a auditoria do CFP do ano anterior foi apresentada na Apaf de maio. Diante das preocupações colocadas nesta Apaf, ele sugeriu que nas próximas Apafs se apresente uma auditoria do ano em exercício e que os CRPs façam o mesmo, talvez realizando auditoria por seis meses para apresentar a auditoria do ano em curso. Sobre os empréstimos, informou que há um modelo de política de gestão muito diferente. Esclareceu que se o CRP solicita empréstimo quando a situação está quase em insolvência é temerário na gestão pública realizar esse empréstimo. Então a solução seria ter uma reserva desse dinheiro antes. Afirmou que do CRP-10/PA/AP em diante há risco de se recorrer de empréstimos, e, não havendo um fundo já previamente pensado para isso, haverá sempre a situação de um CRP depender de aprovação da gestão vigente para querer emprestar ou não o dinheiro. Sergio Luis Braghini (CFP) retificou a informação prestada pelo funcionário do CFP, Rogério Reis, para esclarecer que o CRP-13/PB vem pagando o empréstimo da forma como foi pactuado anteriormente, apenas não respondeu a renegociação proposta pelo CFP. Sergio Luis Braghini (CFP) lembrou que Monalisa Barros, antiga tesoureira do CFP, entre 2011 (dois mil e onze) e 2012 (dois mil e doze), já havia informado que não havia mais impressão da revista Diálogos e que era necessário repensar o modelo. Sergio Luis Braghini (CFP) esclareceu que a possibilidade de criação do fundo é uma

Página 10 de 23

SAF SUL, Quadra / Loté 2, Bloco B. Ed. Via Office Terreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasilia/DF - Brasil

NM



442

443

444

445

446

447

448

449

450 451

452

453

454

455 456

457 458

459

460

461 462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

discussão orçamentária, assim, o CFP poderá auxiliar somente se houver uma rubrica orçamentária para tanto, caso contrário, será uma discussão fictícia. Já os critérios para o uso desse fundo: para que pode ser usado, quem será o gestor, como será a prestação de contas, tudo isso poderá ser decidido entre os CRPs e a próxima gestão do CFP. Em relação ao Portal da Transparência, a palavra foi passada a José Eli de Vasconcelos Filho, da Gerência Administrativa Financeira do CFP, que esclareceu que o portal é alimentado mensalmente pela contabilidade. Ele explicou que neste final de semana está sendo feita a migração do portal antigo para o novo portal, por isso não está disponível a atualização mensal. Neste momento, foi projetado o portal antigo e José Eli de Vasconcelos Filho (Gerência Administrativa Financeira do CFP) mostrou que o portal disponibiliza a prestação de contas mensal. Sergio Luis Braghini (CFP) explicou que o fundo de seções está regulamentado pela Resolução CFP nº 015/1998 (quinze de mil novecentos e noventa e oito), a qual não especifica como o recurso deve ser usado, mas define que o fundo é criado pela necessidade de promover a descentralização administrativa da Entidade, para a busca de aproximação com os psicólogos e pelos princípios da democratização e da organização da categoria, então, depreende-se que o recurso pode ser usado para ações políticas e administrativas. Abertas novas inscrições, Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) sugeriu a aprovação do orçamento com um valor genérico para o Quadro 2.3 (dois ponto três), sem a tipificação dos valores, haja vista que não é possível aprovar esse fundo sem um estudo, correndo o risco de se engessar um valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) que são da Apaf, para auxílio aos CRPs, sem saber se é realmente necessário esse montante. Sugeriu também que a rubrica 'Reserva de valor de anuidades' de R\$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais) possa ser incluído nesse quadro a ser aprovado. Foi solicitado esclarecimento ao Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) sobre o que seria um valor genérico, pois não se pode deixar uma interrogação no orçamento. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) esclareceu que valor genérico seria colocar tudo que está no Quadro 2.3 (dois ponto três) como 'Projetos do Sistema'. Danilo Camuri Teixeira Lopes (CRP-21/PI) destacou que há novas formas de divulgação das revistas que são mais democráticas, mais baratas e de maior alcance. Solicitou que todos avaliem a questão como um sistema, discordando da proposta de aprovar o orçamento com a rubrica genérica e concordando com a proposta de que o fundo de anuidades passe a compor o fundo de apoio aos CRPs, quando não houver mais ações judiciais. Clarice Pimentel Paulon (CRP-06/SP) concordou com o CRP-12/SC de que é preciso discutir de que forma esses valores serão distribuídos. Pediu esclarecimentos, pois na Apaf de dezembro de 2015 (dois mil e quinze) a Revista Diálogos tinha sido aprovada, já havia um Conselho Editorial definido, mas não houve encaminhamento por parte do Conselho Federal. Lembrou que esse ponto está na pauta da Apaf no item 14 (catorze), desse modo, não se pode excluir o orçamento da revista se o ponto de pauta ainda nem foi discutido. Lembrou que nesta gestão do CFP (2013-2016), o CRP-01/DF solicitou auxílio financeiro por três anos e isso não foi concedido pelo CFP. Neste momento, Maria da Graça Correa Jacques solicitou a palavra, uma vez que o CFP foi citado. Informou que o auxílio não foi concedido porque essa conta-divulgação é um acordo, mas legalmente esse orçamento é do CFP, portanto, os responsáveis por gerir essa rubrica são os ordenadores de despesa do CFP, ou seja, Maria da Graça Correa Jacques e Mariza Monteiro Borges, na ocasião. Ela explicou que no CRP-01/DF houve gasto de venda de imóvel para custeio de despesas correntes, o que não é permitido por lei. Assim, essas gestoras se negaram a emprestar o dinheiro porque poderiam responder com bens pessoais. Afirmod que embora haja

*

gle of

A LONG TO SERVICE TO S

Página 11 de 23

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 Brasilia/DF - Brasil

Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

signition



486

487 488

489

490

491 492

493 494

495

496

497

498

499 500

501

502

503

504

505

506 507

508

509

510

511

512 513

514

515

516

517

518

519

520

52)

522

523

524

525

526

527

528

um acordo para que a Apaf possa gerir essa conta, na hora em que isso chega aos tribunais e ao Ministério Público, esse acordo não existe, apenas os ordenadores de despesa do CFP respondem. Lembrou que isso já foi explicado na reunião de tesoureiros. Helga Cristine Maciel Hofmann (CRP-13/PB) pediu esclarecimentos do CFP sobre os dois empréstimos do CRP-13/PB, pois um o CRP está pagando de acordo com tabela enviada pelo CFP e o outro, o CRP enviou uma proposta de renegociação, mas ainda está aguardando resposta do CFP. Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP-10/PA/AP) mostrou preocupação com o funcionamento da Apaf, pois há cerca de cinquenta itens para discussão e os pontos remanescentes já foram deixados para outro momento. Ele destacou que foi apresentada uma proposta que já foi previamente acordada com a nova gestão, já foram apresentados muitos questionamentos que foram respondidos e, no momento de votação, ainda são apresentadas discordâncias. Solicitou que no caso de discordância, sejam apresentadas novas propostas e não reflexões, pedindo uma deliberação da mesa nesse sentido. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) informou que não há a especificação de um dado financeiro que está previsto para 2017 (dois mil e dezessete), que, pelo título que está colocado, poderá vir a ser entendido como um compromisso previamente assumido de ajudar os Conselhos com problemas financeiros pela baixa arrecadação para a finalidade de orientação e fiscalização. Destacou que a responsabilidade de sustentação do Sistema Conselhos de Psicologia é de todos os presentes, entretanto, lembrou que a Psicologia se ampliou nos últimos anos e está comprometida com o processo social do país. Rogério de Oliveira Silva (CFP) lembrou que o nome do item sugerido é "Programa de desenvolvimento sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia", em que cabem diversas ações, mas o detalhamento disso será pensado pelo GT. Jaira Terezinha Rodrigues (CRP-12/SC) sugeriu manter o nome do programa e pediu para incluir na rubrica: "ajuda financeira aos CRPs e projetos do sistema", de modo que o GT financeiro junto com a nova gestão estude o implemento dessa rubrica vinda de outros fundos. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) perguntou se essa peça orçamentária será modificada de acordo com o que está sendo definido nesta Apaf. Rogério de Oliveira Silva (CFP) explicou que os encaminhamentos da Apaf, que têm sido projetados em tempo real, são a referência para as providências. Os seguintes encaminhamentos foram aprovados por unanimidade: 4.1.1 O GT de Assuntos Financeiros deverá estabelecer os objetivos e as normas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia (equidade x proporcionalidade) e apresentar na próxima Apaf; 4.1.2 O GT de Assuntos Financeiros juntamente com o CFP deverá fazer uma proposta de destinação dos recursos do fundo de devolução de anuidades provenientes das ações judiciais; 4.1.3. Acrescentar o termo "Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia" no item 3.2. "Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia", após "ajuda financeira aos Regionais". 4.1.4. A Proposta Orçamentária e as reformulações necessárias foram aprovadas por unanimidade. Houve pausa para o almoço às treze horas e doze minutos. A assembleia foi retomada às catorze horas e quarenta minutos. 4.2. Criação do GT Permanente Cobrança e Assuntos Correlatos. Participaram deste ponto as seguintes delegações: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales, Leovane Gregorio; CRP 02/PE: Verônica Chaves Carrazzone, Filipe Vasconcelos de Araújo, Maria de Jesus Moura; CRP 03/BA: Alessandra Santos de Almeida, Darlane Silva Vieira Andrade; CRP 04/MG: Cláudia Natividade, Túlio Louchard Picinini Teixeira, Marcia Mansur Saadallah; CRP 05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Juraci Brito da Silva; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon,

Clo

No.

**

Página 12 de 23

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-000 Brasilla/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br



529 **ś**30

531

532

533

534

535

536 537

538

539 540

541

542 543

544

545

546 547

548

549

550

551

552 553

554

555 556

557

558

559

560

561 562

563

564 365

566

567

568

569

570 571

572

Vinicius Cesca de Lima; CRP 07/RS: Cleon dos Santos Cerezer, Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: João Baptista Fortes de Oliveira, Carolina de Souza Walger de Almeida, Francisco Mario Pereira Mendes; CRP 09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo, Murillo Rodrigues dos Santos; CRP 10/PA/AP: Giane Silva Santos Souza, Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12/SC: Anderson Luis Schuck, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Juliana Lima Medeiros; CRP 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma Macario, Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17/RN: Daniela Bezerra Rodrigues; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE: ausente; CRP 20/ AM, AC, RO, RR: Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: ausente; CRP 23/TO: Rodrigo Monteiro de Oliveira; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Correa Jacques, Sergio Luis Braghini. Rogério Reis (Gerência Administrativa Financeira do CFP) explicou que na última reunião de tesoureiros houve embargos sobre a cobrança compartilhada de 2017 (dois mil e dezessete) na modalidade registrada e sugeriu-se criar um GT emergencialmente para cuidar dessa questão. Nas reuniões telefônicas desse GT, houve sugestões para que o grupo funcione permanentemente para tratar da cobrança compartilhada registrada e assuntos relacionados. Abertas as inscrições, Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) lembrou que na última reunião de tesoureiros presencial, o gerente do Banco do Brasil apresentou um cenário assustador de que a gráfica que trabalhava com o banco havia falido e não poderia imprimir e enviar os boletos para todos os CRPs, deixando essa responsabilidade a cargo do CFP e dos CRPs. Assim, o Grupo de Trabalho surgiu para pensar estratégias de fazer o boleto chegar aos psicólogos. Durante os trabalhos do GT, foi esclarecido que essa informação do Banco do Brasil era equivocada e os boletos seriam sim impressos e enviados por outra gráfica que também trabalha com o Banco do Brasil. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) registrou o descontentamento com a postura do Banco do Brasil e o indicativo do GT de registrar uma nota ou algo do gênero a ser protocolado no Banco do Brasil em decorrência dessa insatisfação. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) informou que de acordo com a legislação atual, o entendimento jurídico do CRP-09/GO é de que os Conselhos não são obrigados a ficarem vinculados ao Banco do Brasil. Assim, sugeriu o estudo da viabilidade de transferência para outro banco. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) acrescentou que o Grupo de Trabalho Cobrança e Assuntos Correlatos foi formado pelos CRPs 05/RJ, 07/RS, 14/MS, 19/SE, 10/PA, pela gestão atual do CFP, já com acompanhamento de Norma Celiane Cosmo, que será a nova tesoureira do CFP. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) esclareceu que o gerente presente na reunião era o preposto do Banco do Brasil, assim deve-se considerar a postura da instituição Banco do Brasil e não tratar o assunto como decorrência de um comportamento do gerente, por isso, o CFP se negou a assinar a nota sugerida pelo GT naquele momento, pois poderia resultar na demissão do funcionário, o que não modificaria o tratamento dispensado pelo banco. Ela ressaltou a necessidade de continuidade do GT, uma vez que o problema não foi resolvido. Fernando Faleiros de Oliveira (CRP-14/MS) lembrou que o GT deve ser mantido porque o problema ainda não foi resolvido, houve uma solução para 2017 (dois mil e dezessete), mas a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) -reescalonou a migração do sistema de cobranças registradas, dado o tamanho da carteira de cobranças do Sistema Conselhos, para julho do próximo ano (2017). Assim, a primeira cobrança de ano de 2017 será

Página 13 de 23

2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070 600 Brasilia/DF - Brasil Quadra 2. Lote



574

575

576

577

578

579

580

581

582

583 584

585

586

587

588

589

590

591 592

593 594

595

596 597

598

599

600

601

602

603 604

605 606

607

608

609

611

612

613

614 615

616

pelo sistema simples, mas a partir da recobrança, no meio do ano, todos serão obrigados a migrar para o sistema de cobranças registradas, ao qual a Implanta não está preparada para fazer. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) sugeriu revisão da metodologia, pois se a tarefa do GT é permanente, então o caráter não é de Grupo de Trabalho, mas sim de reunião de tesoureiros e pediu a retomada das reuniões de tesoureiros. Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP-10/PA/AP) concordou com a colocação de que o GT não deve ser permanente, mas pediu uma ação mais contundente do GT, para pesquisar quais são as práticas mais exitosas para o combate à inadimplência. Rodrigo Monteiro de Oliveira (CRP-23/TO) sugeriu que o GT reveja os processos de transferência de titularidade das contas, que pode levar cerca de dois meses para se concretizar, e deveria ser mais célere. José Félix Vilanova Barros (CR-15/AL) destacou que é preciso cobrar do Banco do Brasil que os gerentes encarregados de cada conta dos CRPs possam fazer as assinaturas de transição com a maior celeridade possível, pois isso pode prejudicar os Conselhos e o pagamento de contas. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) reafirmou a importância de retomada do coletivo de tesoureiros e presidentes do Sistema Conselhos de Psicologia e que se cobre uma postura profissional do Banco do Brasil. Rogério de Oliveira Silva (CFP) lembrou que o GT é formado por tesoureiros e tem um papel de realizar pesquisas sobre temas pontualmente e levar apontamentos para o coletivo de tesoureiros. Assim, consultou se há consenso em manter o GT para realizar os trabalhos citados pontualmente para o contexto de cobranças e se deve ser mantido com a mesma composição. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) lembrou que o CRP-04/MG passou a compor o GT porque a gráfica contratada por ele poderia substituir os serviços da gráfica do Banco do Brasil, desse modo, é preciso verificar se o CRP-04/MG se mantém no grupo, pois, com isso, a região Sudeste teria duas representações no GT. A delegação do CRP-04/MG se manifestou para informar que não se manteria no Grupo. Em regime de votação, os seguintes encaminhamentos foram aprovados por unanimidade: 4.2.1 Manter o "GT Cobrança" para pensar em soluções para os problemas relativos a cobrança e assuntos correlatos; 4.2.2 O GT deve pensar em soluções para a questão da inadimplência; 4.2.3 Pressionar o Banco do Brasil para dar celeridade nos casos de transferência de titularidade das gestões; 4.2.4 Retomar as reuniões de tesoureiro e presidentes. 4.2.5 O GT não será permanente, mas será desfeito assim que a atividade para o qual foi criado seja finalizada. 4.3 Situação financeira do CRP-01/DF: Vanuza Célia Sales (CRP-01/DF) se apresentou e passou a palavra ao conselheiro Leovane Gregório, tesoureiro do CRP-01/DF. Ele citou que na ata aprovada da Apaf anterior, nas folhas dezoito e dezenove, há o histórico sobre a situação do CRP, que trata da criação de um Grupo de Trabalho para tentar resolver essa situação financeira. Destacou que têm surgido diariamente situações que fogem ao controle do CRP-01/DF, como, por exemplo, uma multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cobrada pelo Ministério Público da União de novembro de 2016 (dois mil e dezesseis) por um processo de assédio moral. Explicou que a gestão que assumiu atualmente (setembro/2016) não sabe de fato as reais condições financeiras do CRP-01/DF, em virtude de cobranças que ainda podem chegar decorrentes de demandas judiciais. Informou que o CRP-01/DF já pagou cerca de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) sobre ações de acordos trabalhistas e assédio moral. Leovane Gregório (CRP-01/DF) informou que tomou conhecimento da reprovação das contas de 2015 (dois mil e quinze) do CRP-01/DF, porque houve a venda de um bem patrimonial para transformá-lo em bem financeiro, com o intuito de cobrir déficits financeiros que o Conselho tinha, de aproximadamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Pediu informações e acesso aos documentos do grupo que foi criado para

Página 14 de 23

F SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office Terreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasilia/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br



618

> > 657

658

Sistema Conselhos ser solidário com todos os CRPS, mas quando o CRP-15/AL precisou isso 659 não aconteceu. Explicou que detectar a insolvência é uma questão técnica e 🏚 precisa ser feita 660

buscadas nos últimos três anos para o CRP-01/DF chegou hoje com o fundo aprovado nesta Apaf. Ele informou que os dados recebidos pelo GT responsável são de que a denúncia sobre a venda de imóvel do CRP-01/DF teria sido arquivada em julho de 2016 (dois mil e dezesseis) porque o Ministério Público Federal considerou a denúncia infundada. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) lembrou que fez parte das Apafs anteriores, e informou que a última gestão do CRP-01/DF foi exemplar no gerenciamento de suas contas nos três anos de gestão. Eles herdaram um problema financeiro da gestão anterior, assim como a gestão atual também, el todas as medidas e pedidos de ajuda foram notificadas ao CFP e à Apaf. Destacou que todos os Conselhos de Psicologia formam um sistema e esta é uma instância que tem de cuidar dos seus CRPs. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) se colocou à disposição para esclarecimentos e informou que os CRPs podem contar com o coletivo da Apaf para sanar uma situação que foi herdada. Vanuza Célia Sales (CRP-01/DF) agradeceu pela solidariedade e alertou que neste momento o CRP-01/DF está lidando com herança de má gestão de duas gestões do CRP, incluindo a última. Esclareceu que fez um estudo detalhado de quarenta e cinco dias, para evitar chegar na Apaf com denuncismo ou rivalidade entre grupos políticos. Ressaltou a grande responsabilidade de ser gestora pública, devendo assumir o CRP-01/DF com o papel histórico dele, onde tudo do Sistema Conselhos de Psicologia começou. Informou que foram encontradas irregularidades e que há o dever de se apresentar denúncias. Informou que na ata de prestação de contas está claro que o dinheiro da venda das salas foi usado para o pagamento de despesas correntes. Destacou que é preciso fazer o CRP-01/DF funcionar, mas hoje, 80% (oitenta por cento) do que o CRP-01/DF arrecada é para pagar pessoal. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) lembrou dos inúmeros pedidos do CRP-01/DF na gestão passada para auxílio financeiro e reiterou que o processo do Ministério Público foi arquivado. Afirmou que é inadmissível que um CRP esteja em dificuldades e que o Sistema Conselhos de Psicologia não aja, independentemente de grupo político. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) pediu o registro em ata de que a primeira solicitação do CRP-01/DF foi para que o CFP recebesse os funcionários do Regional, o que não era possível. Informou que a segunda solicitação foi de empréstimo de dinheiro, o que foi atendido, o empréstimo foi feito e foi pago. Em seguida foi solicitada a construção de um PDV - Plano de Demissão Voluntária com uma programação e adequações para cada caso, considerando o tempo de casa de cada funcionário, o que não foi feito. Contou que posteriormente, o CRP-01/DF informou que tinha dinheiro em caixa. Maria da Graça Correa Jacques (CFP) afirmou que é preciso deixar claro que houve falha de duas gestões, uma vez que o concurso que trouxe consequências negativas poderia ser desfeito, mas não o foi, por uma escolha da última gestão. Destacou que o que estava ao alcance do CFP foi feito. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) informou que o CRP-15/AL já passou por dificuldades financeiras no ano de 2013 (dois mil e treze), e, na ocasião, foi indicado que o CRP fizesse um empréstimo de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais) em banco privado, o que é inadmissível para um gestor público. Destacou que a Apaf tem colocado a necessidade de o

pensar estratégias de resolução da situação financeira do CRP-01/DF, pois a gestão que chegou recentemente ao CRP-01/DF agora está recebendo demandas financeiras das quais não tinha

conhecimento e virão outras que vão continuar impactando a situação financeira do CRP-01/DF. Abertas as inscrições, Fernando Faleiros de Oliveira (CRP-14/MS) informou que as respostas

Página 15 de 23

SAFSUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070 600 / Brasilia/DF - Brasil



661 em certas situações. Solicitou o registro de que algumas questões têm sido colocadas, enquanto outras estão sendo omitidas. Rogério de Oliveira Silva (CFP) destacou o consenso da 662 6,63 Assembleia em ter solidariedade com a situação financeira do CRP-01/DF, diante disso, sugeriu 664 o encaminhamento de propostas e perguntou se o CRP-01/DF teria uma proposta concreta a apresentar. Leovane Gregório (CRP-01/DF) esclareceu que não é possível ter real dimensão da 665 666 situação do CRP-01/DF por enquanto, tendo em vista a situação que ele relatou inicialmente. 667 Pediu a garantia de que o fundo criado poderá socorrer o CRP-01/DF, a medida em que a gestão for tomando conhecimento da real situação financeira, pois não gostaria de ser leviano 668 informando um valor agora, sendo que isso pode mudar. Rogério de Oliveira Silva (CFP) 669 resgatou o encaminhamento da última Apaf de que haveria apoio ao CRP-01/DF, via construção 670 de um Plano de Demissão Voluntária - PDV e consultou se a análise desse PDV poderia ser feita 671 na próxima Apaf, quando a gestão atual já terá conhecimento da situação financeira do CRP-672 673 01/DF. Vanuza Célia Sales (CRP-01/DF) esclareceu que o Plenário do CRP já está estudando 674 três propostas de resolução para a situação financeira do CRP e na próxima Apaf já saberá qual delas melhor se adequa ao contexto. Abertas novas inscrições, Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) 675 perguntou se, independentemente do CFP, através do fundo, atender e salvar a situação de 676 qualquer CRP, paralelamente haverá a investigação da gestão responsável. Pediu do GT 677 responsável a clareza dos critérios de acesso ao fundo e também o acompanhamento da situação 678 679 financeira constante desses CRPs que serão salvos, para não haver má-gestão reiterada, de modo que alguns CRPs precisem frequentemente se utilizarem desse fundo. Diva Lúcia Gautério 680 Conde (CRP-05/RJ) alertou que a Apaf não pode se comprometer a uma perfeita e absoluta 681 salvação dos CRPs. Deverão ser criados critérios e os processos serão avaliados. Vinicius Cesca 682 de Lima (CRP-06/SP) informou ser incabível garantir o apoio ao CRP-01/DF neste momento, 683 pois no ponto anterior foi prevista a existência do recurso que ainda será detalhado, de modo que 684 na próxima Apaf o CRP-01/DF deverá apresentar um plano completo. Afirmou que garantir 685 686 neste momento o apoio completo e irrestrito para tirar o CRP-01/DF da situação em que se encontra, seria como "assinar um cheque em branco" e essa postura não é coerente com o que se 687 688 está discutindo nesta Apaf de definição de critérios bem fundamentados. Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP-10/PA/AP) afirmou que já foi iniciada a discussão dos critérios para uso 689 desse fundo. Informou ser possível ter o compromisso de que o Sistema Conselhos deve garantir 690 o funcionamento de todos os CRPs, mas não de qualquer jeito e sim a partir da definição dos 691 critérios para o uso do fundo, como, por exemplo, a exigência de adesão a um plano de demissão 692 voluntária. Indicou a necessidade de definir o GT para estabelecer o regimento de funcionamento 693 694 desse fundo que já foi criado no ponto anterior. Fernando Faleiros de Oliveira (CRP-14/MS) informou que um PDV já foi apresentado, mas houve resposta negativa por parte do assessor 695 jurídico do CFP, Victor Neiva, assim como foi negada também a solicitação de um segundo 696 empréstimo ao CRP-01/DF. Fernando Faleiros de Oliveira (CRP-14/MS) sugeriu que o CRP-697 01/DF faça seu plano e, enquanto isso, que sejam definidas as regras e critérios para uso do 698 fundo a ser criado, para que as duas coisas possam ser avaliadas futuramente. Jaira Terezinha da 699 Silva Rodrigues (CRP-12/RS) esclareceu que os tesoureiros e presidentes dos CRPs e CFP 700 respondem como ordenadores de despesa e em virtude disso, o CFP abriu uma representação a 701 fim de apuração de suposta irregularidade referente à venda de imóveis do CRP-01/DF e a 702 sentença deferida foi pelo arquivamento, isso está registrado em uma documentação que pode ser

Página 16 de 23

SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070 600 / Brasilia/DF - Brasil

WW

Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

703

704

acessada no Despacho 1059/2016 (mil e einquenta e nove de dois mil e dezessajs). Informou que



706

707

730

731 732

733

734 735

736

745

746

747

748

um Plano de Recuperação Econômica e Financeira, inclusive com um Plano de Demissão Voluntária - PDV, se for o caso, para apreciação da próxima Apaf. Rogério de Oliveira Silva consultou sobre a neressidade de votar o ponto e todos concordaram que não 5. Criação do

Página 17 de 23

Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Terreo, Sala 104 CEP 70.070-600 / Brasilia/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

da mesma maneira, o CRP-01/DF também abriu representação de responsabilidade contra a

antiga presidente do CRP-01/DF, Carla Manzi Pereira Baracat, por conta do concurso público.

Ressaltou que isso mostra o tamanho da responsabilidade dos ordenadores de despesas que

respondem com bens pessoais no caso de alguma ação comprovadamente equivocada. Abertas

novas inscrições, Leovane Gregório (CRP-01/DF) informou ter preocupação com algumas falas

que mencionaram a expressão "cheque em branco", sobre o apoio que está sendo solicitado pelo CRP-01/DF. Ele explicou que quando a justiça determina que o CRP-01/DF pague uma multa,

não há escolha e, portanto, se for esse o caso, não é possível aguardar a definição de critérios da

Apaf para que o CRP-01/DF possa acessar esse fundo de apoio. Destacou que no caso de cobrança judicial não se deve pensar em enquadramento de critérios, mas sim autorizar o

empréstimo por meio desse fundo para socorro aos CRPs e pediu solidariedade nesse sentido.

Sergio Luis Braghini (CFP) informou ser louvável que os gestores presentes sejam contra a

emissão de "cheque em branco", pois esse não foi o posicionamento adotado quando CRP-01/DF na gestão anterior solicitou um milhão e meio de reais para realizar um PDV com seus próprios

critérios, sem a devida prestação de contas. Destacou que o limite da solidariedade é a legalidade, pela responsabilidade dos presidentes e tesoureiros como gestores públicos. Explicou

que o CRP-01/DF solicitou dinheiro quando já havia indícios de irregularidade da própria gestão

naquele momento, assim, emprestar esse dinheiro seria implicar os gestores do CFP a essa

ilegalidade, tanto é, que as auditorias apontaram a reprovação das contas do CRP-01/DF. Falou

ser salutar a maturidade do Sistema Conselhos neste momento de respeitar uma decisão do

Congresso Nacional de Psicologia para a criação desse fundo de apoio aos CRPs. Concluiu que a Apaf tem a obrigação de criar esse fundo e todos os critérios a serem definidos devem ser dentro

da legalidade da gestão pública. Danilo Camuri Teixeira Lopes (CRP-21/PI) solicitou o início da

discussão do ponto sobre a criação do fundo, uma vez que já estão debatendo o tema. Diego

Mendonça Viana (CRP-11/CE) falou que essa é uma pauta remanescente e afirmou que não se deve entrar no mérito da discussão sobre má-gestão, pois não há elementos concretos para a

discussão. Destacou que a situação do CRP-01/DF foi discutida por três anos e não foi resolvida

por motivos diversos, continuando a haver um impasse. Por isso, sugeriu o encaminhamento de compromisso político e administrativo da Apaf de que o GT encontre uma solução viável e

dentro da legalidade para socorro aos CRPs, mantendo o CRP-01/DF como prioridade para não

chegar à insolvência. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) lembrou que todos foram

informados na apresentação do CFP que o CRP-23/TO precisa de um repasse do CFP para cumprir seus compromissos e talvez haja outros na mesma situação. Ponderou que o ponto

trazido pelo CRP-01/DF deveria ser informe, uma vez que não há elementos para deliberar sobre a melhor estratégia de gestão. Desse modo, solicitou o registro da necessidade de que o CRP-

01/DF se comprometa a apresentar uma proposta, pois como gestora, é necessário ter acesso a dados objetivos para o plenário se posicionar com clareza. Os encaminhamentos desse ponto

foram: 4.3.1 Garantir o compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia para a manutenção de todos os Conselhos Regionais de Psicologia - CRP em funcionamento; 4.3.2 Garantir que o

XVII Plenário do CFP, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia, acolha o CRP-01 em casos extemporâneos; 4.3.3 O CRP-01 construirá



750

772

773

774 775

776

777

778

779

780

781 782

783

784

785

786

787

Ø

fundo de apoio financeiro aos Regionais que necessitem: Foram registradas as seguintes mudanças de delegações: CFP: Maria da Graça Correa Jacques foi substituída por Meire Nunes Viana; CRP-22/MA: foi incluído Eliandro Rômulo Cruz Araújo; CRP-19/SE: foi incluída Lidiane dos Anjos Santos Andrade; CRP-20/AM/AC/RO/RR: Maria das Graças Mendonça Sales foi substituída por Gibson Alves dos Santos. A mesa diretora lembrou que a dotação orçamentária para a criação de um fundo de apoio aos CRPs já foi aprovada nesta Apaf e foi delegada a um grupo de trabalho a tarefa de definir os critérios para acesso a esse fundo. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) sugeriu a apresentação do ponto pelo CRP-23/TO, que pautou o item, para todos entenderem os detalhes. Rodrigo Monteiro de Oliveira (CRP-23/TO) informou que esse fundo deve garantir o funcionamento mínimo dos Conselhos Regionais, destacando que hoje o CRP-23/TO não funciona com o mínimo, mas abaixo do mínimo, Afirmou que não basta apenas manter uma sala do CRP aberta, é necessário realizar fiscalizações e outras ações. Informou que os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo definiram em Assembleia que é necessário existir um Conselho Regional por estado, para tanto, eles geriram um fundo para que os conselhos dos vinte e sete estados possam se manter. Por exemplo, em Rondônia há um Conselho com quarenta e oito profissionais. Destacou que esse modelo pode ser usado como referência para o Sistema Conselhos de Psicologia. Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) acrescentou que o CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo criou um fundo a partir de resolução e normatização, assim, pediu que o GT traga uma minuta de resolução na próxima Apaf, para haver um debate qualificado. Foi lembrado que o GT já existe e é composto por: CFP, CRPs-09/GO, 06,/SP 05/RJ, 08/PR, 10/PA/AP e 19/SE. Foi verificado que há dois CRPs da região Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo. Gibson Alves dos Santos destacou que o CRP-20/AM/AC/RO/RR fazia parte desse GT. Sergio Luis Braghini lembrou que o CRP-20/AM/AC/RO/RR concordou em sair do GT pela participação do CRP-10/PA/AP e sugeriu a garantia da paridade dos CRPs, entendendo que o GT deveria ser ampliado para incluir CRPs que tenham experiência e CRPs que tenham interesse no tema. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) sugeriu que haja um CRP por região. Danilo Camuri Teixeira Lopes (CRP-21/PI) propôs dois CRPs por região e se candidatou pelo nordeste. Rodrigo Monteiro (CRP-23/TO) propôs dois CRPs por região e se candidatou para compor o GT. Gibson Alves dos Santos (CRP-20/AM/AC/RO/RR) se candidatou a compor o GT. Sérgio Luis Braghini (CFP) sugeriu que se equilibre a representatividade dos CRPs que precisem do auxílio no GT, indicando a inclusão do CRP-01/DF e mais um CRP da região nordeste. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) indicou a inclusão do CRP-13/PB pela região Nordeste. Em regime de votação, a proposta de reduzir um CRP do Sudeste do GT recebeu cinco votos. A proposta de manutenção do GT como está recebeu 24 (vinte e quatro) votos. A proposta de aumentar um representante de cada região, exceto sudeste (que já tem dois representantes) recebeu 25 (vinte e cinco) votos. Em seguida, os CRPs 01/DF e 18/MT se candidataram pela região centro-oeste; os CRPs 07/RS e 12/SC se candidataram pela da região sul; os CRPs 20/AM/AC/RO/RR e 23/TO se candidataram pela região norte; os CRPs 11/CE e 13/PB se candidataram pela região nordeste. Ficou combinado que esses CRPs conversarão e a representação será definida até o dia seguinte. 5. Resoluções: 5.1. Resolução CFP nº 007/2016 (Institui e normatiza a mediação e outros meios de solução consensual de conflitos no Sistema Conselhos de Psicologia). Estiveram presentes neste ponto: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales, Leovane Gregorio; CRP 02/PE: Verônica Chayes Carrazzone, Maria de Jesus Moura; CRP 03/BA: Valter da Mata Filho, Eric Gamallel dos Santos Vieira; CRP

Página 18 de 23

AFSUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília OF - Brasíl Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br



794

795

796

797 798

799

800 801

802

803

804

805

806 807

808 809

810

811

812 813

814

815

816

817

818

819 820

821 822

823

824

825

826

827

828 829

830

831

832

833

834

835

836

04/MG: Cláudia Natividade, Túlio Louchard Picinini Teixeira, Marcia Mansur Saadallah; CRP 05/RJ: Rodrigo Acioli Moura, Silvia Ignez Silva Ramos; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Monalisa Muniz Nascimento; CRP 07/RS: Cleon dos Santos Cerezer, Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: João Baptista Fortes de Oliveira, Carolina de Souza Walger de Almeida, Ludiana Cardozo Rodrigues; CRP 09/GO: Murillo Rodrigues dos Santos, Handersenn Shouzo Abe; CRP 10/PA/AP: Giane Silva Santos Souza, Adriana Elisa de Alencar Macedo; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12/SC: Anderson Luis Schuck, Juliana Lima Medeiros, Marcos Henrique Antunes; CRP 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma Macario, Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17/RN: Rafael Ribeiro Filho; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE: Lidiane dos Anjos Santos Andrade; CRP 20/ AM, AC, RO, RR: Gibson Alves dos Santos, Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo; CRP 23/TO: Rodrigo Monteiro de Oliveira; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Correa Jacques, Meire Nunes Viana. A convidada do CFP Nádia Maria Dourado Rocha informou que a resolução foi aprovada de modo que deveria haver seis meses de experiência para os CRPs se adequarem ao novo procedimento, mas isso não foi feito em virtude da fase de transição entre as gestões dos CRPs. Assim, a Secretaria de Orientação e Ética do CFP sugeriu a prorrogação desse prazo para mais cento e oitenta dias, até trinta de junho, para que os CRPs deem cumprimento à resolução. Abertas as inscrições, Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) reiterou a importância de prorrogar esse prazo, pois a categoria pode cobrar a mediação e os CRPs ainda não instalaram suas câmaras para tanto. Lembrou que ficou combinado que haveria eventos para tratar desse tema, mas acha que seis meses talvez não seja suficiente para tanto. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) informou que o CRP-06/SP já instituiu a Câmara e Conselho Consultivo, de modo que já publicou uma resolução regional e em fevereiro iniciará as atividades relativas ao assunto. Concordou com a necessidade de prorrogação do prazo por igual período. A proposta de prorrogação do prazo até trinta de junho foi aprovada por consenso. 6. Homologação da Consulta Nacional pela Assembleia dos Delegados: Participaram do ponto: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales, Leovane Gregorio; CRP 02/PE: Verônica Chaves Carrazzone, Maria de Jesus Moura; CRP 03/BA: Valter da Mata Filho, Eric Gamaliel dos Santos Vieira; CRP 04/MG: Cláudia Natividade, Túlio Louchard Picinini Teixeira, Marcia Mansur Saadallah; CRP 05/RJ: Rodrigo Acioli Moura, Silvia Ignez Silva Ramos; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Monalisa Muniz Nascimento; CRP 07/RS: Cleon dos Santos Cerezer, Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: João Baptista Fortes de Oliveira, Carolina de Souza Walger de Almeida, Ludiana Cardozo Rodrigues; CRP 09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo, Murillo Rodrigues dos Santos; CRP 10/PA/AP: Antonino Alves da Silva, Adriana Elisa de Alencar Macedo; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12/SC: Anderson Luis Schuck, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Ematuir Teles de Sousa, Marcos Henrique Antunes; CRP 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma Macario, Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17/RN: Rafael Ribeiro Filho; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE: Lidiane dos Anjos Santos Andrade; CRP 20/ AM,

Página 19 de 23

FSUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CBP 70.070-600 - Brasilia/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br



858

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849 850

851

852

853

854

855

856 857

858

859

860

861

862

863 864

865 866

867

868 869

870

871

873 873

874

875

876

877 878

879

880

AC, RO, RR: Gibson Alves dos Santos, Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo; CRP 23/TO: Jonatha Rospide Nunes; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Correa Jacques, Meire Nunes Viana. Nádia Maria Dourado Rocha (convidada do CFP) apresentou breve relatório sobre os resultados das eleições regionais, destacando que os membros dos CRPs presentes já foram empossados após essa eleição. Ela ressaltou que a participação da categoria não tem sido muito expressiva, quando se compara o número de votos com a quantidade de psicólogos registrados. Frederico Jorge de Souza Leite, presidente da Comissão Eleitoral Especial - CEE, foi convidado a apresentar os resultados da Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia. Ele expôs que, de acordo com os mapas de apuração recebidos dos Regionais, foram contabilizados 99.913 (noventa e nove mil novecentos e treze) votos, sendo que 91.497 (noventa e um mil quatrocentos e noventa e sete) são da modalidade de votação por internet e 8.416 (oito mil quatrocentos e dezesseis) referem-se à modalidade de voto por correspondência. Do total de votos, a chapa vinte e um, Renovação da Psicologia, encabeçada por Karine Belmont Chaves, contabilizou 17.264 (dezessete mil duzentos e sessenta e quatro) votos; a chapa vinte e dois, Fortalecer a Profissão, encabeçada por Rogério de Oliveira Silva, contabilizou 29.080 (vinte e nove mil e oitenta) votos; a chapa vinte e três, Cuidar da Profissão: avançar a Psicologia com ética e cidadania, encabeçada por Rogério Giannini, contabilizou 32.003 (trinta e dois mil e três) votos; e a chapa vinte e quatro, Psicólogos em Ação, encabeçada por Diana de Sousa Araújo Barros, contabilizou 8.970 (oito mil novecentos e setenta) votos. A Comissão Eleitoral Especial declarou, portanto, a chapa Cuidar da Profissão: avançar a Psicologia com ética e cidadania vencedora na Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia. Frederico Jorge de Souza Leite (presidente da Comissão Eleitoral Especial) informou que esse resultado elegeu os membros da chapa vinte e três para exercerem o mandato durante o triênio de dois mil e dezessete a dois mil e dezenove do Conselho Federal de Psicologia, sendo que a gestão iniciará dia vinte de dezembro de dois mil e dezesseis e findará dia dezenove de dezembro de dois mil e dezenove, passando a compor o plenário os seguintes conselheiros eleitos: Rogério Giannini -Presidente; Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega - Vice-presidente; Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - Secretário; Norma Celiane Cosmo - Tesoureira; Iolete Ribeiro da Silva - Secretária Região Norte; Clarissa Paranhos Guedes - Secretária Região Nordeste; Marisa Helena Alves Batista - Secretária Região Centro Oeste; Júnia Maria Campos Lara - Secretária Região Sudeste; Rosane Lorena Granzotto - Secretária Região Sul; Fabian Javier Marin Rueda - Conselheiro Um; Célia Zenaide da Silva - Conselheira Dois; Maria Márcia Badaró Bandeira - Suplente; Daniela Sacramento Zanini - Suplente; Paulo Roberto Martins Maldos - Suplente; Fabiana Itaci Corrêa de Araujo - Suplente; Jureuda Duarte Guerra - Suplente Região Norte; Andréa Esmeraldo Câmara - Suplente Região Nordeste, Regina Lúcia Sucupira Pedroza - Suplente Região Centro Oeste; Sandra Elena Sposito - Suplente Região Sudeste; Cleia Oliveira Cunha -Suplente Região Sul; Elizabeth de Lacerda Barbosa - Conselheira Suplente Um; e Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa - Conselheiro Suplente Dois. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) informou que os CRPs 02/PE, 09/GO, 10/PA e AP, 11/CE, 12/SC, 13/PB, 14/MS, 16/ES, 17/RN, 18/MT, 22/MA e 23/TO tiveram uma chapa inscrita cada. Os CRPs 03/BA, 04/MG, 07/RS, 08/PR, 19/SE, 20/AC, AM, RO e RR e 21/PI tiveram duas chapas inscritas cada. Os CRPs 01/DF, 05/RJ, 06/SP e 15/AL tiveram três chapas inscritas cada. Houve 63 (sessenta e três) postos de votação. Em seguida, foi projetado o gráfico de votações via interfet que, durante a

Página 20 de 23

AF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 GEP 70.070 600 - Brasília/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br



882 883

884

885

886

887

888 889

890

891 892

893

894 895

896

897 898

899

900

901 902

903

904 905

906

907

908 909

910 911

912

913

914

915

923

votação, era acompanhando em tempo real. Foi exposto também um gráfico mostrando a quantidade de webvotos, de 94,49% (noventa e quatro vírgula quarenta e nove por cento); e de votos presenciais, de 5,51% (cinco ponto cinquenta e um por cento). Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) destacou que houve um declínio no uso das cartas-voto de 2013 (dois mil e treze) para 2016 (dois mil e dezesseis), uma vez que as pessoas têm se apropriado mais dos meios tecnológicos. Informou que foi feito um levantamento que mostrou que hoje grande parte da população já tem acesso à internet pelo celular e na consulta ao CFP pôde ser constatado o uso de tablets, computadores de mesa, telefones, enfim, os diversos meios de acesso. Frederico Jorge de Souza Leite apresentou os custos da votação, de R\$ 139.077,90 (cento e trinta e nove mil setenta e sete reais e noventa centavos), para os kits de voto por correspondência e de R\$ 353.166,67 (trezentos e cinquenta e três mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), para o sistema de votação online. Sendo que 92% (noventa e dois por cento) dos eleitores votaram pelo sistema online, enquanto 8% (oito por cento) dos eleitores votaram por correspondências. Assim, levando em consideração a proporção de psicólogos atingidos por cada sistema, o voto por correspondência é mais oneroso e gera mais dificuldades. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) detalhou em seguida os custos do sistema de votação e dos kits de correspondência para os CRPs, sendo que o maior custo é a postagem dos kits. Lembrou que o CFP abriu edital para apoio a eventos realizados por psicólogas e psicólogos com o oferecimento de passagens, hospedagens e materiais, mas quando se realizou uma análise dos custos, verificou-se que gastava-se muito com postagem e pouco ia para a atividade-fim, que seriam os eventos de Psicologia. Desse modo, no segundo edital aberto pelo CFP, retirou-se a modalidade de apoio com materiais, porque é muito caro em comparação as outras formas de apoio. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) informou que o custo do voto online é de R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) cada, enquanto o voto por correspondência tem o custo de R\$ 16,52 (dezesseis reais e cinquenta e dois centavos) cada. O percentual atingido pelo voto online foi de 35,57% (trinta e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) e por correspondência de 2,99% (dois vírgula noventa e nove por cento). Destacou que essa última modalidade tem um custo muito maior e retorno muito menor. Ela explicou que a carta-voto tem um código de barras e a Scytl apresentou um relatório sobre a leitura desses códigos, mostrando discrepâncias entre as informações passadas pelas Comissões Regionais Eleitorais e a empresa responsável. Informou haver diferenças compreensíveis, por conta de erro humano, mas destacou o caso do CRP-13/PB, porque a Comissão Regional relatou que não houve voto por correspondência, enquanto a Scytl informou que o leitor de código de barras foi utilizado 46 (quarenta e seis) vezes. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) informou que há certo consenso entre as Comissões Regionais Eleitorais para avançar pelo uso apenas do voto pela internet. Acrescentou que, segundo a Scytl, a Psicologia é a única categoria que oferece várias modalidades de voto. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) sugeriu que se elimine a modalidade de carta-voto, pois gera problemas logísticos, como um caso ocorrido em São Paulo, por exemplo, e lembrou que essa decisão deve se dar em Apaf, mas deve ser feita com bastante antecedência das próximas eleições. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) relatou que no Regimento Eleitoral falta a especificação de alguns prazos e há outros problemas, inclusive, não há nenhuma menção às Seções dos CRPs dez e vinte. Afirmou que o regimento é omisso em relação ao financiamento de campanhas, sobre os procedimentos quando não se encontram psicólogos para comporem as comissões e também não faz referência às punições devidas, quando não se cumpre a legislação. Destacou que há incoerências em

MASY COMMAN

924 às punições

88 AP

Página 21 de 23

AF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Torreo, Sala 104 CEP 70.070-600 - Brasilia/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br



958

959

960 961

962 963

964

965

966

967 968 redação de um novo regimento eleitoral, acatando os princípios fundamentais, mas escrevendo um novo documento que preveja a votação online, haja vista que não é suficiente modificar o atual regimento. Lembrou que o regimento determina que a Assembleia de Delegados define se haverá ou não consulta para Conselho Federal, norma que não é mais cabível e deve ser excluída. Abertas as inscrições para o debate, Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) informou que sobre a votação por correspondência, o plenário do CRP-06/SP acha que precisa rever uns pontos, como, por exemplo, o fato de usar a mesma caixa postal para carta-voto e correspondências comuns, entendendo que é preciso ter uma caixa postal específica para as eleições. Ele esclareceu que o problema ocorrido no CRP-06/SP não foi devido ao uso de envelopes de eleições anteriores. Verônica Chaves Carrazzone (CRP-02/PE) registrou a necessidade de cuidado com a acessibilidade, relatando um fato constrangedor ocorrido no CRP-02/PE de uma pessoa cega que não conseguiu votar, apesar de o CRP ter realizado os testes necessários antes. Desse modo, um membro da Comissão Eleitoral fez a leitura para a psicóloga poder votar, se perdendo com isso o sigilo. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) informou que os gastos com voto por correspondência foram mais altos que com o voto online e pediu a criação de um GT para construção de um novo regimento eleitoral a partir do princípio da economicidade. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira (CRP-06/SP) esclareceu que em relação ao problema ocorrido em São Paulo, em um primeiro momento o gerente do CRP-06/SP informou que o envelope seria de eleições anteriores, mas depois o CRP verificou que os envelopes de renegociação ainda estavam na mesma caixa postal, o que já foi sanado. Rogério de Oliveira Silva (CFP) informou que há indicativo das comissões eleitorais para a criação de um novo regimento eleitoral com a assessoria de algum advogado que tenha experiência com esse assunto e que possa prever situações problemáticas. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) sugeriu que esse ponto esteja na pauta da próxima Apaf, pois o modelo não funciona, assim como o CNP - Congresso Nacional de Psicologia, que não tem atingido seu objetivo. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) solicitou o encaminhamento do relatório das eleições aos CRPs. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) afirmou que a Apaf deve fazer uma reflexão política para garantir o direito de voto e o sentido político de participar de uma eleição e isso deve orientar os trabalhos. A Assembleia de Delegados aprovou por unanimidade a homologação da consulta nacional do décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Foram aprovados também os seguintes encaminhamentos: 6.1 O CRP-13/PB apurará o que ocorreu para ocasionar diferença considerável no número de votos registrados pela Comissão Regional Eleitoral - CRE (zero votos) e votos lidos pelo leitor da Scytl (quarenta e seis votos); 6.2 Garantir acessibilidade nas próximas eleições; 6.3 Criar um GT para construção de novo Regimento Eleitoral, considerando as observações das Comissões Eleitorais relativas aos problemas ocorridos no processo eleitoral; 6.4 O GT deve pensar também no princípio da economicidade ao reformular novo Regimento Eleitoral, pois o voto por internet custou R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos), o voto por correspondência custou R\$ 16,52 (dezesseis reais e cinquenta e dois centavos) e o voto presencial, por exemplo, custou cerca de R\$ 90,00 (noventa reais) no CRP-09/GO. 6.5 A Comissão Eleitoral Regular - CER deverá encaminhar os relatórios apresentados na Apaf para todos os CRPs. Encerrado o ponto, foi combinado que no dia dezoito de dezembro a Apaf deve iniciar às nove horas. A assembleia foi encerrada às dezoito horas para a realização da cerimônia de posse da nova gestão do CFP eleita. Esta ata foi revisada pelo Conselheiro

relação ao artigo sessenta. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) sugeriu a criação de GT para a

BOW TO THE SE

A A AM

V

Página 22 de 23

FSUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasilia/DF - Brasil Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br



Secretário do CFP (Gestão 2017/2019) Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e, por motivos de 969 mudança de gestão, o documento loi revisado também pelos delegados do CFP na Apaf (Gestão 970 2014/2016), Maria da Graça Corrêa Jacques, Rogério de Oliveira Silva e Sergio Luis Braghini. 971 Nada mais havendo a tratar, a refereda a fortida e assinada por todos os presentes acima 972 973 nomeados e referenciados. audia nahududu leão Paulo hopes Rilho Couch na Walen Flurao Página 23 de 23 Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil SAESUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br pice a sirlly